

I JOGOS MUNDIAIS DOS POVOS INDÍGENAS: ANÁLISE A PARTIR DO MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS¹

Recebido em: 10/06/2018

Aceito em: 15/11/2018

Vitor Hugo Marani

Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Universitário do Araguaia
Araguaia – MT – Brasil

Luciana Leticia Sperini Rufino dos Santos

Larissa Michelle Lara

Fernando Augusto Starepravo

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – PR – Brasil

RESUMO: O estudo analisa a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), realizados em 2015, no Brasil, a partir de como procederam as discussões e as formulações das políticas voltadas a esse evento esportivo. De cunho qualitativo, o estudo utilizou do modelo de análise dos Múltiplos Fluxos que verifica os fatores que influenciam na formulação da agenda política, por meio da análise documental das leis e decretos nacionais que dispõem sobre o esporte voltado aos povos indígenas, bem como relatórios emitidos pelo Ministério do Esporte do Brasil, em parceria com a UNESCO. Os resultados apontam para a incorporação dos JMPI à agenda política a partir da convergência entre o fluxo de problemas, desenhado a partir da ausência de políticas públicas voltadas às demandas indígenas, da falta de valorização e de divulgação da cultura indigenista e do feedback dos Jogos dos Povos Indígenas Brasileiros; o fluxo das políticas, instaurado por meio de documentos internacionais publicados em defesa da cultura indígena e dos jogos tradicionais de diferentes povos; e, o fluxo da política, por meio das representações do Ministério do Esporte Brasileiro, do Comitê Intertribal e as lideranças estrangeiras, culminando na abertura da janela de oportunidade para a organização do evento esportivo.

PALAVRAS CHAVE: Jogos Indígenas. Múltiplos Fluxos. Políticas Públicas.

FIRST WORLD INDIGENOUS GAMES: ANALYSES FROM THE MULTIPLE STREAMS FRAMEWORK

ABSTRACT: The study examines the first edition of the World Indigenous Games, held in Brazil in 2015, based on how the discussions and formulations of the policies related to this sporting event proceeded. In a qualitative way, the study used the Multiple Streams framework, which verifies the factors that influence the formulation of the political agenda, through a documental analysis of national laws and decrees

¹ Artigo premiado no III Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XVI Seminário “O Lazer em Debate”, realizado em Campo Grande/MS em 2018.

² Documento de autoria de Lucas Roque, Marcos Terena, Juan Antonio Calfin e Taily Terena, publicado em 2017, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Licere, Belo Horizonte, v.22, n.2, jun/2019

that regulate the sport focused on indigenous peoples, as well as reports issued by the Ministry of Sports (Brazil), in partnership with UNESCO. The results point to the incorporation of the World Indigenous Games into the political agenda based on the convergence between the *problem stream*, drawn from the absence of public policies focused on indigenous demands, lack of appreciation and dissemination of indigenous culture and feedback from the Brazilian Indigenous Games; the *policy stream*, established through international documents published in defense of indigenous culture and traditional games of different peoples; and the *political stream*, through the representations of the Brazilian Ministry of Sports, the Intertribal Committee and the foreign leadership, culminating in the opening of the “launch window” for the organization of the sporting event.

KEYWORDS: Indigenous Games; Multiple Streams; Public Policies.

Introdução

A década de 2010, no Brasil, foi um momento importante para o país no que diz respeito à organização de eventos esportivos de grande porte que obtiveram alcance midiático internacional e foram responsáveis por legados materiais e imateriais, notadamente chamados de Megaeventos Esportivos (ALMEIDA; MEZZADRI; MARCHI JR., 2009; RUBIO, 2007; DACOSTA *et al.*, 2008; MASCARENHAS; BIENENSTEIN; SÁNCHEZ, 2011; MARCELLINO, 2013). Dentre eles, é possível destacar os Jogos Militares Mundiais, de 2011, a Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA, realizada em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, realizados em 2016. Isso fez com que houvesse grande mobilização nacional e internacional para atender às diversas demandas relacionadas ao planejamento e à execução desses acontecimentos multiesportivos sediados no território brasileiro.

Para além desses eventos, o Brasil também foi responsável por sediar a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), o que reforçou a vocação do país como anfitrião de importantes eventos esportivos decorrentes da

agenda política internacional (ROQUE *et al.*, 2017)². Organizados pelo Ministério do Esporte do Brasil, pelo Comitê Intertribal (ITC), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os JMPI ocorreram entre os dias 22 e 31 de outubro de 2015, na cidade de Palmas (Tocantins), e reuniu mais de 2 mil atletas, representantes de 30 nacionalidades e 24 etnias, com o objetivo de “[...] resgatar e valorizar os jogos esportivos indígenas, promovendo conagraçamento e intercâmbio entre as nações participantes, fortalecimento da identidade cultural desses povos e confraternização digna e respeitosa dos índios com a sociedade não indígena” (ROQUE *et al.*, 2017, p. 16).

Os JMPI fazem parte de um conjunto de significações culturais composto pelos rituais, pelas tradições orais, pelos ritos de passagem e pelas atividades cotidianas para a garantia da sobrevivência, atuando como instrumento de convivência, de estabelecimento de relações entre os membros de cada povo e entre os diferentes povos indígenas. A partir dessa ideia, o evento incluiu atividades voltadas a diferentes faixas etárias, destinadas tanto a homens quanto a mulheres a partir de jogos de integração, realizados entre as etnias, como arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de 100 metros, corrida de fundo, corrida de tora, canoagem e natação/travessia; jogos de demonstração, disputados apenas entre integrantes da mesma etnia, a exemplo do *akô*, *jikunahati* (futebol de cabeça), lutas corporais, entre outros; e, também, jogos ocidentais, tendo como representante o futebol (ROQUE *et al.*, 2017).

² Documento de autoria de Lucas Roque, Marcos Terena, Juan Antonio Calfin e Taily Terena, publicado em 2017, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em cooperação com o Ministério do Esporte (ME), o Comitê Intertribal (ITC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para além dos jogos, o evento disponibilizou diferentes atividades às diversas delegações, favorecendo intercâmbios culturais por meio de espaços destinados à reflexão e ao debate de questões político-sociais relacionadas aos diversos povos ali presentes, culminando na elaboração do Fórum Social Indígena. Ainda, houve trocas de experiências direcionadas ao uso de tecnologia pelos indígenas, como forma de facilitar o contato entre os diferentes povos e a divulgação da cultura indígena, por meio dos mais modernos recursos disponíveis, bem como exposição de produtos na Feira de Agricultura Familiar Indígena e na Feira de Artesanato, o que transcende seu aspecto meramente físico-esportista, constituindo-se como incentivo ao compartilhamento de experiências, ao diálogo intergeracional e, sobretudo, à valorização cultural dos povos originários (ROQUE *et al.*, 2017).

Pesquisas relacionadas aos jogos tradicionais indígenas contribuem com reflexões acerca dessa prática esportiva, a exemplo de Almeida; Almeida e Grandó (2010) e Almeida e Suassuna (2010), que discutem as práticas corporais presentes nesses jogos, com foco na educação corporal por meio do esporte, e de Silva e Ribas (2016) que apresentam a lógica interna dos jogos indígenas a partir da Praxiologia Motriz. Assim como os próprios Jogos, tais textos – publicados em periódicos da educação física – estavam atentos à valorização das relações étnico-raciais indígenas, tomando emprestadas as palavras de Ferreira e Camargo (2016) sobre os Jogos, com os objetivos de contribuir para a revitalização de processos de esquecimentos culturais indígenas por meio da ludodiversidade indígena. Entretanto, é mister lembrar que análises da agenda política no intuito de compreender os arranjos sociais e políticos que culminaram na confecção dos JMPI no Brasil ainda não foram sistematizadas, o que abre possibilidades para observar o fenômeno sob tal ótica.

Pereira (2015), ao estudar os Jogos Indígenas Brasileiros, entende que eles estruturam-se como canal de interlocução entre diversos atores sociais (povos indígenas de várias regiões e não indígenas – todos inseridos no mesmo cenário), o que oportuniza o conhecimento mútuo, o intercâmbio de práticas corporais e a reflexão sobre seu papel na produção da etnicidade e sobre a necessidade de desenvolvimento de políticas indígenas e indigenistas direcionadas ao fortalecimento de atividades corporais culturalmente valorizadas, bem como a participação indígena na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a educação, saúde, cultura, etc. A partir da relevância do evento para a valorização da cultura de povos indígenas, o estudo implica entender quando os JMPI passaram a fazer parte da agenda política nacional do Brasil, atentando-se a como se configuraram as propostas esportivas nacionais direcionadas aos povos indígenas de modo a fortalecer o movimento dos jogos, desde a identificação dos primeiros fluxos de problema.

Metodologia

Para realizar a análise da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, esse estudo, de caráter documental e abordagem qualitativa (GIL, 2008), foi construído a partir do modelo analítico dos Múltiplos Fluxos (KINGDON, 2011), o qual contribui para o entendimento de como certos problemas captam a atenção do meio público e dos políticos e, com isso, inserem-se na agenda da ação pública. Para tanto, foram utilizados documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas, de 2007, o Relatório Final emitido pelo Comitê Nacional dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, de 2016 (CONSULTORIA PNUD/CNE, 2016), e o Relatório construído pelo Ministério do Esporte do Brasil, em parceria com a Unesco (ROQUE *et al.*, 2017). Embora confeccionados após a

realização do evento, os relatórios apresentam os arranjos políticos e institucionais que antecederam o evento analisado, o que contribui para o entendimento da formação da agenda política que culminou na organização do episódio no Brasil.

O modelo de análise dos Múltiplos Fluxos originou-se a partir de estudos sobre a definição da agenda pública, a qual, segundo Kingdon (2011), pode ser entendida como aquela composta por assuntos centrais que requerem a atenção do Governo. Esse modelo defende que as agendas públicas são formuladas a partir da confluência de três fluxos distintos e relativamente independentes: a) o fluxo de problemas; b) o fluxo de soluções; e, c) o fluxo das políticas.

a) Fluxo de problemas: é estabelecido a partir das construções sociais em interface com a intervenção de atores que integram a comunidade política, elegendo determinadas questões que passam a ser percebidas como uma situação problema, por meio de mecanismos como indicadores, eventos, crises, símbolos e *feedback* da ação política (ARAÚJO; RODRIGUES, 2016). Uma determinada situação deve ser identificada e explicitamente formulada como problema ou problema. O sentimento de que algo deve e pode ser feito para melhorar o problema é um pré-requisito para a formulação de uma política para abordá-lo (OTRIADOU; BROUWERS, 2012).

b) Fluxo das políticas: Segundo Kingdon (2011), é estabelecido pelo conjunto de alternativa e soluções disponíveis, geradas no interior das comunidades políticas, composta por um conjunto de ideias e soluções que, como explicam Araújo e Rodrigues (2016), confrontam-se e combinam-se; não necessariamente antecedem a identificação e percepção política dos problemas. Esse fluxo está preocupado com a formulação de alternativas políticas e recomendações. Uma grande variedade de atores pode participar da elaboração de tais soluções e de propostas de reforma política (OTRIADOU; BROUWERS, 2012).

c) Fluxo da política que diz respeito ao curso da própria ação política, independente dos problemas e das soluções, edificada a partir do sentimento nacional, das forças políticas organizadas e das mudanças governamentais (KINGDON, 2011). Esse fluxo compreende vários eventos políticos. Embora tenham lugar independentemente dos outros dois fluxos, eventos políticos, como uma eleição iminente ou uma mudança no governo, podem levar uma política a ser incluída ou excluída da agenda (HOULIHAN, 2005).

É importante ressaltar a ideia de que cada fluxo possui sua independência, consolidada a partir de regras e dinâmicas que lhe são próprias. Porém, em determinados momentos, quando os fluxos convergem, há abertura de uma *janela de oportunidade*, como chama Kingdon (2011), o que proporciona a possibilidade de atenção política de um dado problema, a partir da reivindicação de atores visíveis – governo, parlamentares e membros da administração pública – chamados de empreendedores políticos (Policy Entrepreneurs) e de atores invisíveis – grupos de interesse, pesquisadores, acadêmicos, opinião pública, entre outros – notadamente, especialistas no assunto a ser debatido, cada qual resguardando recursos que lhe são disponíveis para colocar no centro das atenções o problema julgado como importante no momento da abertura política, nesse caso, a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

A utilização do modelo dos Múltiplos Fluxos foi útil para entender as complexidades e as realidades da formulação de políticas, dadas as características amplas e exploratórias do objeto de estudo. Segundo Zahariadis (2007), esse modelo permite compreender as diferentes fases da formulação de uma política, a partir de uma única lente – a agenda política, que é o ponto inicial para qualquer construção de Política Pública. O modelo em questão ofereceu subsídios para a compreensão de

vários aspectos do processo de política esportiva voltados aos Jogos Indígenas e avaliar a política como um todo, conforme evidenciado pelos estudos de Machado *et al.* (2017) e Houlihan e Green (2006).

Resultados e Discussões

Este estudo foi estruturado em torno de problemáticas que forneceram o contexto para coletar, examinar e analisar dados à luz dos três fluxos do modelo Múltiplos Fluxos. Os conhecimentos acerca dos JMPI vieram da literatura acadêmica sobre o tema, do discurso acerca da política esportiva voltada a esses povos e de dados derivados de documentos governamentais. Trata-se de entender o processo pelo qual os JMPI passaram a fazer parte da agenda Governamental e quais foram as intervenções que contribuíram para a sua estruturação. A construção analítica deu-se a partir da identificação dos elementos correlacionados aos diferentes fluxos presentes no modelo de análise de Kingdon (2011).

Fluxo dos Problemas

Identificar, a partir da percepção de políticos e cidadãos, uma situação como problema a ser solucionado integra o que Kingdon (2011) chama de Fluxo de Problemas. Para Zahariadis (2007), quatro elementos estão presentes nesse fluxo, os quais podem servir de aporte para visualizar como um mero impasse pode se tornar um problema a ser sanado pelo espaço público, a saber: i) indicadores (índices que contribuam para o assunto ser tomado como importante); b) eventos focalizados (episódios que tragam o assunto à tona); c) feedback (revisões ou continuidade de ações/programas); d) a carga de problemas (impulsionam a integração de dado problema na agenda política). A partir desses indicadores, serão apontados elementos

que fizeram parte de ações voltadas para a inclusão dos JMPI na agenda política nacional e internacional.

De acordo com um dos relatórios (CONSULTORIA PNUD/CNE, 2016), o projeto do JMPI começou há tramitar 14 meses antes das primeiras ações, ainda na gestão do Ministro Aldo Rebelo³, em outubro de 2013. O documento transitou de forma exclusiva na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e no Comitê Intertribal (ITC), servindo de objeto de consulta para ambos. Todavia, o referido estudo só foi considerado o caminho mais adequado para a execução do projeto em janeiro de 2015. A partir desse momento, foi feita uma análise para poder adequar o que já havia sido delineado para a realização dos Jogos, uma vez que o projeto em andamento estava inadequado, tanto em relação à parte orçamentária quanto à estrutural, sobretudo em função do exíguo tempo para sua execução.

Os JMPI consistiram em reabrir um importante debate relativo à preservação e à salvaguarda de manifestações culturais, tradições ou valores ancestrais relacionados aos chamados “jogos tradicionais”, muitos dos quais ainda se encontram sob risco de desaparecimento ou invisibilidade, caso não se promovam iniciativas de cunho intergeracional e de valorização do saber e da cultura dos povos autóctones (ROQUE *et al.*, 2017). Segundo Mankiller (2009), existem 250 a 300 milhões de indígenas em todas as regiões do mundo, distribuídos em cinco mil grupos distintos, cada qual com sua cultura singular. A autora afirma que esses grupos enfrentam, no século XXI, desafios comuns na luta para proteger suas terras e suas práticas culturais, sobretudo pela falta de conhecimento de sua história e de suas necessidades na vida contemporânea.

³ José Aldo Rebelo Figueiredo foi o terceiro Ministro do Esporte do Brasil, que assumiu o cargo em 2011 e o deixou em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff.

No Brasil, por exemplo, de acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população indígena no Brasil era de 896 mil pessoas. Apesar da Constituição Federal, de 1988, garantir aos povos indígenas o direito à sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, atualmente, os modos de vida e a própria sobrevivência dos povos estão seriamente ameaçados no Brasil, conforme os índices de violência apresentados no Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2016).

Os jogos tradicionais, nesse sentido, possuem caráter de patrimônio cultural imaterial, de acordo com os termos da Convenção da UNESCO, realizada em 2003. Essa Convenção representou avanço no que diz respeito à valorização da diversidade cultural e no resguardo das manifestações populares dos povos indígenas. Além disso, esse encontro foi responsável por dar origem ao documento intitulado Registro de Boas Práticas de Salvaguarda, cujo teor reside no registro de experiências bem-sucedidas de salvaguarda dos bens de natureza imaterial dos diferentes povos, eleitos pela própria comunidade, em função do papel que cada manifestação ocupa no contexto sociocultural daquele grupo, o que reflete o sentido de identidade e pertencimento dos diferentes grupos sociais (ROQUE *et al.*, 2017).

Outro elemento basilar para o ingresso dos JMPI na agenda política foi a consolidação de diversas edições dos Jogos dos Povos Indígenas, realizados no Brasil, que antecederam os Jogos Mundiais. A primeira edição, em 1996, teve como sede a cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás e, desde então, outras doze edições foram realizadas em diferentes capitais do país. Dados do endereço eletrônico do

Ministério do Esporte Brasileiro⁴ afirmam que o evento, de caráter bianual, é um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América e possui como objetivo central a promoção do esporte sócio educacional como identidade das culturas autóctones, voltado à promoção da cidadania indígena, à integração e aos valores originais.

O êxito junto à organização de doze edições dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil⁵ fez com que houvesse o interesse de diferentes grupos sociais para que fosse lançada a proposta de realização de um evento, em nível mundial, no país. Conforme explica Roque et. al. (2017), o evento mundial somente foi possível em função da trajetória dos Jogos dos Povos Indígenas (JPI), realizados desde 1996 em vários estados do Brasil, idealizados por Carlos Justino Terena - diretor executivo dos Jogos dos Povos Indígenas Brasileiros - e organizados pelo ITC. As figuras de Carlos Terena e de seu irmão, Marcos Mariano Terena, de acordo com Ferreira e Camargo (2016), foram fundamentais para a consolidação dos JMPI, uma vez que suas atuações deram-se de maneira intensa e desafiadora. Para as autoras, Carlos contribuiu com maior articulação com os povos indígenas e organização dos Jogos propriamente dita e Marcos atuou diretamente com diferentes instituições nacionais e internacionais em prol dos Jogos, a exemplo de sua participação nos Fóruns Permanentes Indígenas, da Organização das Nações Unidas (FERREIRA; CARMARGO, 2016).

Constata-se, dessa maneira, que o fluxo de problemas, no caso dos JMPI, desenhou-se a partir de indicadores voltados à situação vulnerável dos povos

⁴ O *site* eletrônico correspondente aos Jogos dos Povos Indígenas Brasileiro está disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/jogos-indigenas> .

⁵ Segundo o relatório do PNUD, as doze edições ocorreram nas seguintes cidades: Goiânia (GO) - 1996; Guaíra (PR) - 1999; Marabá (PA) 2000; Campo Grande (MS) 2001; Marapanim (PA) 2002; Palmas (TO) 2003; Porto Seguro (BA) 2004; Fortaleza (CE) 2005; Olinda (PE) 2007; Paragominas (PA) - 2009; Porto Nacional (TO) - 2011; e, Cuiabá (MT) - 2013.

indígenas. De acordo com documento sobre grupos vulneráveis, emitido pelo Ministério da Justiça, do Governo Federal, com base em dados do IBGE, realizado em 2010⁶, a população indígena vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência cultural e física. O documento escrito por Patrícia Sommer e Gustavo de Souza Menezes – ambos ligados à FUNAI – relata que as comunidades indígenas enfrentam problemas concretos, tais como a exploração sexual, o aliciamento e o uso de drogas, a exploração de trabalho (inclusive infantil) e o êxodo desordenado, o que causa concentração de indígenas nas cidades em situação de risco.

Torna-se essencial a implementação de ações que contribuam para entender o indígena em sua própria racionalidade, em sua especificidade e formação cultural. Assim, compreender os jogos tradicionais como meios de demarcação da cultura imaterial desses povos, conforme Convenção realizada pela Unesco, em 2003, é um dos caminhos para potencializar a luta por reconhecimento, embora não seja a única. O êxito das edições nacionais dos Jogos dos Povos Indígenas também representou, no Brasil, um elemento favorável para a elaboração e realização da edição mundial no cenário brasileiro, por meio dos recursos já disponíveis no país para a idealização do evento em nível internacional.

Fluxo das Políticas

Quanto ao fluxo das políticas, buscou-se perceber o conjunto de alternativas e soluções disponíveis, geradas no interior das comunidades políticas, com base nos diferentes atores, visíveis e não visíveis, que fazem parte do processo da agenda política. Nesse sentido, os documentos analisados forneceram subsídios para

⁶ O documento consultado encontra-se disponível no *site* do Ministério da Justiça, conforme o link: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/grupos-vulneraveis>.

compreender os arranjos de recomendações políticas geradas no interior das discussões internacionais, capitaneadas pelos grupos de defesa dos direitos humanos, o que reforçou as ideias preconizadas por importantes marcos internacionais preocupados com a valorização da cultura indígena.

Dentre esses marcos, destacam-se a Terceira Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e Esporte (MINEPS III), realizada em Punta del Este (Uruguai), em 1999, quando se solicitou ao diretor-geral da UNESCO a elaboração de uma política de jogos tradicionais e esportes mundiais, que previsse um plano de ação nesse sentido (ROQUE *et al.*, 2017). Como explicam Burguês *et al.* (2011), com a referida declaração foi acordado o apoio a uma política de preservação e valorização dos jogos e esportes tradicionais, entendidos como parte do patrimônio cultural das regiões e dos países. Tal ênfase sugeriu a mobilização dos países para a construção de uma lista mundial de jogos e esportes tradicionais, a fim de incentivar a realização de festivais regionais e mundiais (BURGUÊS *et al.*, 2011).

Outro documento importante direcionado à valorização das manifestações corporais tradicionais foi a Carta sobre Jogos e Esportes Tradicionais, aprovada na 33ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, no ano de 2005, que enfatiza o papel dos jogos e esportes tradicionais como uma parte significativa do patrimônio cultural que deve ser protegida e promovida, nomeadamente com vistas a melhorar a qualidade da educação física e do esporte nos sistemas de educação (ROQUE *et al.*, 2017). Como assinalam Burguês *et al.* (2011), a Carta, em seu Artigo 6.º, enfatiza o apoio e a expansão da pesquisa relacionada aos jogos tradicionais, ações de preservação e promoção dessas manifestações, bem como ressalta a necessidade de uma

enciclopédia de jogos e esportes tradicionais, cujo foco estava em promover ações de cooperação internacional.

A Resolução sobre a Promoção e Desenvolvimento de Esportes e Jogos Tradicionais (2008) da UNESCO e da Associação Internacional de Esporte para Todos (Tafisa) também aparece no Relatório elaborado pela UNESCO (ROQUE *et al.*, 2017). O documento foi elaborado durante a realização do 4th World Sport for All Games, na Coreia do Sul, e reforçou a importância dos jogos e esportes tradicionais, voltados à integral cultural consciente e à diversidade mundial. Como explica Roque *et al.* (2017), a Resolução destaca a percepção de que vários jogos tradicionais já desapareceram ou está sob ameaça de “extinção”, o que reforça a necessidade de salvaguarda dessas modalidades, a fim de preservar a diversidade cultural dos povos tradicionais.

Tem-se, também, um dos documentos mais emblemáticos relacionados à necessidade de inclusão e valorização dos povos indígenas, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, elaborada em 2007 e publicada em 2008. No Artigo 31, a Declaração assinala o fato de que os povos indígenas “têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais [...] os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas” (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 16). A partir dessa compreensão, sugere que “em conjunto com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos” (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 16).

Por fim, o Relatório Geral Final retrata a importância da participação da delegação oficial do Brasil e indígenas de outros países durante a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, em Setembro do ano de 2014, na sede da ONU, em

Nova Iorque. Nesse evento, considerado um marco para as Nações Unidas, contou com a participação de indígenas em posição de relativa igualdade em um espaço tipicamente interestatal, tanto ao longo de seu processo preparatório quanto dos debates realizados, bem como com a adoção de um documento final bastante amplo sobre os direitos dos povos indígenas (FUNAI, 2014). Além disso, foi tomada a decisão da realização dos Primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas com a sede no Brasil, incluindo a confirmação do apoio do Governo Brasileiro por meio da chancela do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (CONSULTORIA PNUD/CNE, 2016).

Fluxo da Política

No contexto do Brasil, a ideia dos Jogos Mundiais surge com a visão dos irmãos Terena, fundadores do Comitê Intertribal (ITC), organizadores dos jogos nacionais, os quais, por meio de encontros internacionais dos povos indígenas, auxiliaram na disseminação da ideia dos JMPI. A articulação política do ITC, tanto no Brasil quanto no exterior, parece ter sido de fundamental importância para a viabilidade dos Jogos por meio do convite do maior número possível de etnias, garantindo, assim, o envolvimento da diversidade indígena (CONSULTORIA PNUD/CNE, 2016).

Fruto dos resultados positivos obtidos nas edições nacionais realizadas no Brasil, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas surgiram a partir de um acordo firmado entre o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), líderes estrangeiros de 17 países, 48 etnias brasileiras e o Governo Federal do Brasil, por meio de seu Ministério do Esporte. Dessa forma, os I JMPI foram realizados por meio do Ministério do Esporte, em parceria com o Governo do Estado do Tocantins, a

Prefeitura de Palmas, o ITC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ROQUE *et al.*, 2017).

Em entrevista, disponibilizada no trabalho de Ferreira e Camargo (2016), Marcos Terena reforça a construção do evento a partir dessas parcerias:

A gente do Comitê Intertribal, como País anfitrião, ia fazendo as conversas em eventos internacionais e pelo email, até chegarmos aos JPI em Cuiabá. Lá contamos com o apoio do Ministério do Esporte para incorporar 32 representantes indígenas de 16 países. Depois para confirmar de um lado a força indígena do Brasil, promovemos um lançamento oficial da qual participaram 12 Ministros de Estado, 02 Governadores e mais uma quantidade de líderes indígenas estrangeiros, reforçado pela autoridade máxima do País, a Presidente da República. No caso dos I JMPI em Palmas, tivemos o apoio básico do Ministério do Esporte e da Prefeitura Municipal, que atuaram sistematicamente na organização e posteriormente, com o apoio da ONU através do PNUD (FERREIRA; CAMARGO, 2016).

A parceria com o Ministério do Esporte, segundo relatório elaborado pela Unesco, deu-se, em particular, a partir da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, com o intuito de desenvolver e implantar políticas voltadas para os povos indígenas, ampliando o número de ações contínuas, o acesso a elas, bem como a oferta de programas para as comunidades. Nesse contexto, o compromisso com os JMPI reflete o interesse do fortalecimento das políticas de inclusão social das comunidades indígenas com difícil acesso, desenvolvidas com empenho pelo Ministério do Esporte.

Outra questão importante está relacionada à organização dos Jogos Mundiais como forma de resistência política e social, capitaneadas pela figura dos irmãos Terena a partir de intensa participação junto a órgãos nacionais e internacionais, com o objetivo de organizar um evento que fosse direcionado às etnias indígenas, a partir de uma marca única e não como mera reprodução das características do “branco”, como elucida Marcos Terena, em entrevista:

Nosso compromisso é com os povos indígenas e com o meio ambiente que a gente chama de ecossistema, o esporte é um argumento para a gente poder falar disso. Por isso, a gente faz o Fórum Social Indígena, para que a gente possa exercitar o tema dos direitos: do direito da mulher, do direito ambiental, o acesso a novas tecnologias - tudo isso vai ser debatido nos Jogos. Do jeito que a gente imagina. Não existe uma fórmula, ela é dinâmica. E para finalizar, assim, o objetivo é dar um passo para a gente sair das mãos do colonizador, eu digo assim num sentido mais amplo, que a gente nunca vai separar do colonizador, mas ele precisa aprender a respeitar a soberania dos povos indígenas e a diversidade de cada um deles, e não tratar o indígena como um pacote e como restos de povos (CONSULTORIA PNUD/CNE, 2016).

A partir do excerto, é possível perceber que o objetivo dos Jogos transcende a oferta de esporte e lazer às etnias participantes do processo. A ideia, segundo a entrevista de Terena, era utilizar o esporte como meio de alcançar novas possibilidades de diálogo junto à sociedade que, notadamente, marginaliza a figura indígena no seio das relações histórico-sociais. Sobre o assunto, Grando (2000, p. 65) afirma que, no último século, as relações estabelecidas “com os colonizadores revelam a construção de valores autoritários e etnocêntricos que tem, efetivamente, contribuído para consolidar a desigualdade e injustiça social”. A partir dessa constatação, é mister lembrar-se da importância dos jogos em atribuir destaque a questões que merecem e carecem de atenção no cenário nacional e internacional, conforme explicitado em documentos apresentados anteriormente.

Para além desses aspectos, a junção de diferentes e importantes lideranças do campo político referente às questões indígenas auxilia na compreensão deste fator como um dos fluxos mais importantes para a inclusão da política na agenda pública. Assim como o governo brasileiro embarcou na realização de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 (MASCARENHAS, 2012), a ideia de apoiar a realização dos JMPI surgiu como mais uma oportunidade de inserir o Brasil no cenário internacional como um país que

valoriza a diversidade povo étnico-racial, além de promover a sua capacidade de realizar eventos de alta complexidade, em um pequeno espaço de tempo.

A Figura 1 contribui com a compreensão de como a realização dos JMPI pode se caracterizar em uma oportunidade de política a ser inserida na agenda pública, como sugere Kingdon (2011).

Figura 1: Mapeamento da Agenda Política para a abertura da Janela de Oportunidade



Fonte: (KINGDON, 2011).

A partir da Figura 1 é possível perceber os principais eventos que integraram os múltiplos fluxos para que a abertura da janela de oportunidades ocorresse e, com isso, houvesse a elaboração dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e sua inclusão na agenda política nacional e internacional. Essa abertura ocorreu mediante a

convergência de determinados fluxos, o que “proporciona aos defensores de uma determinada proposta uma possibilidade para fazer valer as suas ideias ou para determinar que a atenção política se centre nos seus problemas específicos” (KINGDON, 2011, p. 165). Araújo e Rodrigues (2016) explicam que essa convergência é impulsionada pelo fluxo dos problemas e pelo fluxo da política. Para as autoras, o fluxo das políticas não possui efeito direto no processo, uma vez que as alternativas mantêm-se ativas no seio das comunidades políticas e aparecem quando é aberta a janela de oportunidade por influência dos outros dois fluxos, o que gera possíveis mudanças na agenda política.

Ainda, Kingdon (2011) chama atenção para os empreendedores políticos – *policy entrepreneurs* – que desempenham um papel fundamental no processo da formulação da agenda política, tendo uma grande influência na criação de condições favoráveis à junção dos fluxos, à abertura de janelas de oportunidade e à introdução de mudanças na agenda política. Nessa direção, é possível destacar o impacto da figura dos irmãos Terena que, a partir do modelo dos múltiplos fluxos, podem ser considerados atores dispostos a colocar no centro da atenção política os problemas que defendem – nesse caso, a visibilidade das demandas socioculturais indígenas por meio da realização de jogos com alcance internacional.

Considerações Finais

A partir do objetivo do texto, centrado na análise da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), realizados em 2015, no Brasil, foi possível constatar alguns indicativos de como esse evento passou a fazer parte da política de esporte e lazer no país. Para alcançarmos tais indicadores, a pesquisa concentrou na análise qualitativa, baseada no modelo de Múltiplos Fluxos, de Kingdon (2011). Para tanto, foram utilizados Leis e Decretos nacionais que dispunham sobre o esporte

voltado aos povos indígenas, bem como relatórios emitidos pelo Ministério do Esporte do Brasil, em parceria com a Unesco, com o intuito de reconhecer os fatores que influenciaram na formulação da agenda política.

Após a realização da análise, foi possível observar que a inclusão dos JMPI na agenda governamental ocorreu devido a uma demanda antiga, com vistas à valorização da cultura indígena. O desenvolvimento dos jogos nacionais contribuiu, segundo os documentos, no sentido de fornecer subsídios que auxiliassem na organização de estratégias de ação para a nova política que estava sendo implementada no país.

Os resultados apontaram para a incorporação dos JMPI à agenda política a partir da convergência entre o fluxo de problemas (desenhado a partir da ausência de políticas públicas voltadas às demandas indígenas, da falta de valorização e de divulgação da cultura indigenista) e a realização de doze edições dos Jogos dos Povos Indígenas Brasileiros. O fluxo da política deu-se por meio das representações do Ministério do Esporte Brasileiro, do Comitê Intertribal e das lideranças estrangeiras, culminando na abertura da janela de oportunidade para a organização do evento esportivo. O fluxo das políticas – mesmo que não impactasse diretamente na abertura da janela de oportunidade – instaurou-se por meio de documentos internacionais publicados em defesa da cultura indígena e dos jogos tradicionais de diferentes povos.

Com a inclusão do evento na agenda pública, o governo brasileiro almejou cumprir demandas antigas da população indígena, segundo orientações advindas de documentos internacionais – Declaração de Punta del Este, de 1999; Carta sobre Jogos e Esportes Tradicionais, de 2005; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007; e Resolução sobre a Promoção e Desenvolvimento de Esportes e Jogos Tradicionais, de 2008 – o que fomentou a

prática esportiva por meio de formas variadas de expressão do corpo, respeitando-se as diferentes etnias.

Por outro lado, é importante ressaltar que ainda são incipientes as políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas, no Brasil. A realização dos JMPI é uma das ações em prol do reconhecimento e visibilidade das comunidades indígenas na sociedade e de suas lutas e legados, mas não é (e nem pode ser) a única ação em prol desses povos. Temos, ainda, um contexto de marginalidade e estigma relacionado ao indígena, o qual pode ser gradativamente modificado a partir da implementação de políticas públicas, da conscientização acerca de seus modos particulares de vida e do engajamento da sociedade civil em questões afetas a essas comunidades. Precisamos ampliar o debate, entendendo a cultura indígena como conhecimento essencial à experiência formativa de cada um de nós.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. J. M.; DE ALMEIDA, D. M. F.; GRANDO, B. S. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos Jogos dos Povos Indígenas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010.

ALMEIDA, A. J. M.; SUASSUNA, D. M. F. A. Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos Jogos dos Povos Indígenas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 53-71, out./dez. 2010.

ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI Jr., W. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. Dossiê 2007- 2016 - A Década dos Megaeventos Esportivos no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXI, n. 32/33, p. 178-192, 2009.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas** (Online), v. 1, n. 83, p. 11-35, 2016.

BURGÜES, P. L. *et al.* Os Jogos Tradicionais no Mundo: associações e possibilidades. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 1-19, 2011.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2016. Relatório. 2016. Disponível em: https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf. Acesso em: fev. 2018.

CONSULTORIA PNUD/CNE. **Relatório Geral Final**. Comitê Nacional Executivo dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, 2016. Disponível em: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/BRA/Draft%20Relato%CC%81rio.pdf>. Acesso em: dez. 2017.

DACOSTA, L. *et al.* **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

FERREIRA, M. B. R.; CAMARGO, V. R. T. Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: um sonho que realiza. **International Journal of Social Sciences of Physical Activity, Game and Sport**, v. 5, n. 10, p. 1-9, 2016.

FUNAI. **Conferência Mundial dos Povos Indígenas**. Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Assessoria para Assuntos Internacionais, 2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2014/doc/10-out/conmund.pdf>. Acesso em: dez.2017.

GRANDO, B. S. Movimentos Indígenas do Brasil: a cultura autoritária e preconceituosa e a Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XI, v.14, p. 63-91, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOULIHAN, B., Public sector sport policy: developing a framework for analysis. **International review for the sociology of sport**, 40, 163–185, 2005.

HOULIHAN B.; GREEN, M. The changing status of school sport and physical education explain policy change. **Sport, Education and Society**. v. 11, n. 1, p. 73-92, 2006.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. 2. ed. Boston: Longman, 2011.

MACHADO, G. V.; ALMEIDA, R. S.; CHAMON, E. M. Q. O.; PAES, R. R. A Análise da Evolução das Políticas Públicas em Esporte Educacional no Brasil. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano** – UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 10, n Extra, edição 19, p. 103 - 115, Outubro 2017.

MANKILLER, W. Povos Indígenas no Século XXI. **E-Journal USA: Povos Indígenas vivendo na atualidade**, v. 14, n. 6, p. 4-6, 2009.

MARCELLINO, N. C. (Org.) **Legados de megaeventos esportivos**. V.1. Campinas: Papyrus, 2013.

MASCARENHAS, M. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Orgs.) **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: FAPERJ; EDUERJ, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNESCO, UNIC-Rio, UNICEF, 2008.

OTRIRIADOU, P.; BROUWES, J. A critical analysis of the impact of the Beijing Olympic Games on Australia's sport policy direction. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 4, n.3, p.321-341, 2012.

PEREIRA, M. L. Prefácio. FERREIRA, M. B. R.; VINHA, M. (Orgs.). **Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI Jogos dos Povos indígenas**. Porto Nacional - Tocantins, 2011. Dourados: UFGD, 2015.

ROQUE, L. *et al.*, 2017. **Jogos mundiais dos povos indígenas: Brasil, 2015: o importante é celebrar!** Brasília: PNUD, 2017.

RUBIO, K. (Org.). **Megaeventos esportivos, legados e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SILVA, S. D.; RIBAS, J. F. M. A lógica interna e o contexto dos Jogos Tradicionais Indígenas organizados no estado do Rio Grande do Sul. **Licere**, Belo Horizonte, v.19, n.2, p. 225-259, 2016.

ZAHARIADIS, N. The Multiple Streams framework: structure, limitations, prospects. In: SABATIER, P. A. (Ed.). **Theories of the Policy Process**. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2007.

Endereço dos Autores:

Vitor Hugo Marani
Universidade Federal de Mato Grosso
Campus Universitário do Araguaia
Avenida Universitária, nº 3.500 - Unidade Pontal do Araguaia
Pontal do Araguaia – MT – 78.698-000
Endereço Eletrônico: vitorhmarani@gmail.com

Luciana Leticia Sperini Rufino dos Santos
Rua Clevelândia, 1166 apartamento 12, bloco 2
Francisco Beltrão – PR – 85.601-680
Endereço Eletrônico: lucileticia@gmail.com

Larissa Michelle Lara
Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências da Saúde
Departamento de Educação Física
Av. Colombo, 5790 - Jardim Universitário
Maringá – PR – 87.020-900

Vitor Hugo Marani, Luciana Leticia S. Rufino dos Santos,
Larissa Michelle Lara e Fernando Augusto Starepravo

I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas

Endereço Eletrônico: lm Lara@uem.br

Fernando Augusto Starepravo
Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências da Saúde
Departamento de Educação Física
Av. Colombo, 5790 - Jardim Universitário
Maringá – PR – 87.020-900
Endereço Eletrônico: fernando.starepravo@hotmail.com